

A. I. Nº - 124740.0007/05-8
AUTUADO - PORTO VELHO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
AUTUANTE - AUGUSTO CESAR PINTO PAES NUNES
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 27.04.06

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0090-02/06

EMENTA: ICMS. 1. ALÍQUOTA. FALTA DE RECOLHIMENTO DA DIFERENÇA. **a)** NAS AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS PARA O ATIVO FIXO. Corrigido erro na apuração da diferença de alíquota tendo em vista que o autuante considerou a alíquota interna de 17% quando a correta é 12%. Infração parcialmente caracterizada. **b)** NAS AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Infração não elidida. 2. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE REGISTRO DE MERCADORIA NÃO TRIBUTÁVEL. O contribuinte deu entrada no estabelecimento de mercadorias sem o devido registro. Infração caracterizada e não contestada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 15/12/2005, pela ocorrência dos seguintes fatos:

1. falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da federação destinadas ao ativo fixo. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 39.435,63 e aplicada a multa de 60%;
2. falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da federação destinadas a consumo do estabelecimento. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 438,40 e aplicada a multa de 60%;
3. entrada no estabelecimento de mercadoria não tributável sem o devido registro na escrita fiscal. Sendo aplicada a multa de 1% sobre o valor comercial das mercadorias não registradas.

O sujeito passivo, tempestivamente, ao apresentar sua peça defensiva, inicialmente descreve as infrações que lhe foram imputadas.

Refuta parcialmente a infração 01 do presente Auto de Infração aduzindo que dentre as notas fiscais que foram objeto da infração, encontram-se 05 caminhões cuja alíquota é 12%, conforme prevê o Decreto 8.200/02 para veículo utilitário. Ressalta que nas notas fiscais já estava destacada a alíquota de 7% e que o autuante somente deveria cobrar apenas 5%, porém considerou erroneamente a alíquota de 17%, cobrando indevidamente a diferença de 10%.

Afirma que percebendo o erro solicitou a SEFAZ cálculo, abatendo os 5% da diferença de alíquota referente as notas fiscais do caminhões e com redução de 80% da multa, pois fora pago no dez dia subsequentes à ciência e que de posse do DAE efetuou o recolhimento no valor de R\$ 36.635,68 em 16/01/2006.

Conclui o autuado que, com base na sua exposição, seja considerado o ajuste e pagamento por ele efetuado e declarado quitado o débito e requer o julgamento improcedente do Auto de Infração, no que diz respeito a cobrança de 5% indevidamente exigido.

O autuante ao proceder sua informação fiscal assevera que efetivamente cometera um lapso ao discriminar a diferença de alíquota em 10% relativa às notas fiscais n^{os} 10.210, 10.215 e 10.216 no mês 03/2004 e as notas fiscais n^{os} 13.628 e 13.369 no mês 04/2004, quando deveria ser de 5%, já que se referem a caminhões (veículo utilitários) com alíquota interna de 12%.

Apresenta à fl. 07, no anexo 01, Infração 01, os totais de diferenças de alíquota relativos aos meses de março e abril de 2004 onde figuram as correções, respectivamente, para R\$ 8.300,01 e R\$ 7.123,34.

Ressalta, contudo, que houve concordância por parte do autuado em relação aos demais valores e infrações que compõem o presente Auto de Infração. Tendo o autuado, inclusive, efetuado o pagamento de todos os demais itens como demonstra os extratos fls. 72 a 74, e cópia do DAE, fl. 71, havendo discordância, apenas quanto à diferença de alíquota imposta às notas fiscais discriminadas, cujo lapso fora por ele próprio reconhecido.

Conclui o autuante solicitando que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente com a correção, na infração 01, dos valores nos meses de março e abril de 2004, respectivamente de R\$ 16.599,99 e R\$ 12.656,66 para R\$ 8.300,01 e R\$ 7.123,34.

VOTO

Da análise dos elementos que compõem o presente Auto de Infração constato que se encontram devidamente formalizados e em condições de julgamento.

Das três infrações, supra enunciadas no relatório, o sujeito passivo impugnou somente parte da infração 01.

Protesta o autuado apenas quanto ao percentual de 10%, apurado pelo autuado no bojo da infração 01, como diferença de alíquota relativa à aquisição de caminhões com crédito destacado de 7% nas notas fiscais, tendo em vista que a alíquota interna de caminhões é de 12%, portanto, alega que deveria ser cobrada a diferença de alíquota de 5%, e não 10%, como procedera a fiscalização. Apresenta cópia de DAE comprovando o recolhimento do valor do Auto de Infração com a exclusão da diferença supra referida.

O autuante reconhece o equívoco cometido na apuração do imposto devido em relação à infração 01, acatando o pleito do autuado. Conclui requerendo que seja julgado parcialmente procedente o Auto de Infração.

Entendo, com base nas peças do processo, que assiste razão ao autuado em relação a diferença de alíquota devida na aquisição de caminhões utilitários pelo autuado, tendo em vista que, por ser a alíquota interna efetivamente de 12% e como o destaque da nota fiscal de aquisição é de 7%, resta evidenciado que a diferença de alíquota é de 5% e não de 10% como aplicara o autuante.

Deve, portanto, ser mantido o Auto de Infração com a exclusão dos valores, equivocadamente cobrado a maior, em consequência da aplicação da diferença de alíquota de 10% em vez de 5% nas aquisições de caminhões utilitários. A infração 01 apurada inicialmente no valor de R\$ 39.435,63, com a exclusão passa para R\$ 25.602,32. E o total do Auto de Infração passa de R\$ 40.469,88 para R\$ 26.636,57.

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO DA INFRAÇÃO 01					
D. OCOR.	D. VENC.	BASE CALC.	ALÍQUO.	IMP. DEV.	MULTA
31/01/04	09/02/04	352,94	17,0%	60,00	60,0%
28/02/04	09/03/04	4.121,18	17,0%	700,60	60,0%
31/03/04	09/04/04	48.823,59	17,0%	8.300,01	60,0%
30/04/04	09/05/04	41.901,94	17,0%	7.123,33	60,0%
31/05/04	09/06/04	9.616,29	17,0%	1.634,77	60,0%
30/06/04	09/07/04	30.472,65	17,0%	5.180,35	60,0%
31/08/04	09/09/04	161,35	17,0%	27,43	60,0%
30/11/04	09/12/04	15.151,94	17,0%	2.575,83	60,0%
TOTAL DA INFRAÇÃO 02				25.602,32	

Ante o exposto, concluo dos exames realizados nas peças dos presentes autos, que restou efetivamente descaracterizado o cometimento parcial, por parte do autuado, da infração que lhe fora imputada, uma vez comprovado, estar o contribuinte credenciado para o pagamento da exigência fiscal, em prazo ulterior.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **124740.0007/05-8**, lavrado contra **PORTO VELHO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 26.040,36**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$ 596,21**, prevista no art. 42, inciso XI, da supracitada Lei, e dos acréscimos moratórios, de acordo com a Lei nº 9.837/05, com a homologação dos valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de março de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

JOSE FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR